

Sumário

DIREITO PENAL

CAPÍTULO I – INTRODUÇÃO AO DIREITO PENAL	1
1. Introdução	1
1.1. Conceito.....	2
1.2. Característica do direito penal.....	3
1.3. Direito penal objetivo e direito penal subjetivo.....	4
1.4. Direito penal comum e direito penal especial	4
1.5. Direito penal material e direito penal formal	5
2. Dogmática jurídico-penal.....	5
3. Criminologia.....	6
4. Política criminal.....	8
5. Função do direito penal	9
6. Bem jurídico	9
CAPÍTULO II – EVOLUÇÃO HISTÓRICA DO DIREITO PENAL	11
1. Evolução histórica do direito penal	11
1.1. Vingança divina.....	12
1.2 Vingança privada	13
1.3 Vingança pública.....	14
1.4. Direito penal romano	15
1.5. Direito penal germânico	16
1.6. Direito penal canônico	17
1.7. Período humanitário.....	18

CAPÍTULO III – ESCOLAS PENAIS.....	21
1. Escolas penais	21
1.1. Conceito.....	21
2. Escola clássica.....	21
3. Escola positiva	23
4. Escola crítica ou eclética – “terza scuola italiana”	26
5. As demais escolas.....	26
CAPÍTULO IV – HISTÓRIA DO DIREITO PENAL NO BRASIL	29
1. Introdução.....	29
1.1. Período colonial.....	29
1.2. Código criminal do império	31
1.3. Período republicano.....	32
CAPÍTULO V – PRINCÍPIOS FUNDAMENTAIS DO DIREITO PENAL	35
1. Princípio da legalidade	35
1.1. Princípio da reserva legal	37
1.2. Princípio da anterioridade.....	37
1.3. O princípio da legalidade em sua vertente formal e material.....	38
2. Princípio da dignidade da pessoa humana	39
3. Princípio da intervenção mínima	40
4. Princípio da lesividade	41
5. Princípio da fragmentariedade	44
6. Princípio da insignificância	45
7. Princípio da adequação social	47
8. Princípio da culpabilidade	49
9. Princípio da irretroatividade da lei.....	50
10. Princípio da alteridade ou da transcendentalidade.....	51

11. Princípio do ne bis in idem	52
12. Princípio da exclusiva proteção do bem jurídico	53
13. Princípio da personalidade ou da intranscendência	54
14. Princípio da individualização da pena.....	54
15. Princípio da proporcionalidade	55
16. Princípio da humanidade ou da humanização das penas.....	57
CAPÍTULO VI – FONTES DO DIREITO PENAL	59
1. Introdução e conceito	59
1.1. Fonte material, substancial ou de produção	59
1.2. Fonte formal, de conhecimento ou de cognição.....	60
1.2.1. Fonte formal imediata	60
1.2.2. Fonte formal mediata.....	60
CAPÍTULO VII – DA LEI PENAL	63
1. Norma penal	63
1.1. Lei penal.....	63
1.2. Classificação das leis penais.....	64
2. Características das leis penais	65
3. Lei penal em branco.....	65
4. Formas de procedimento interpretativo	66
CAPÍTULO VIII – DA INTERPRETAÇÃO DA LEI PENAL	69
1. Introdução e conceito	69
1.1. Espécies de interpretação da lei penal	70
1.1.1 Quanto ao sujeito que a elabora	70
1.1.2. Quanto aos meios empregados para sua realização	71
1.1.3. Quanto ao resultado.....	72
2. O princípio do “in dubio pro reo” e a interpretação da lei penal	73

3. Interpretação progressiva, adaptativa ou evolutiva.....	74
4. Interpretação analógica.....	75
5. Analogia	75
5.1. Espécies de analogia.....	77
CAPÍTULO IX – DA APLICAÇÃO DA LEI PENAL NO TEMPO	79
1. Lei penal no tempo	79
2. Conflito de leis penais no tempo.....	80
2.1. Introdução.....	80
3. Abolitio criminis	81
3.1. Abolitio criminis temporária	82
4. Novatio leges in melius	83
4.1. Competência para a aplicação da novatio leges in melius	83
5. Novatio leges in pejus	85
6. Novatio leges incriminadora	85
7. Lex mittior e período de vacatio leges	86
8. Combinação das leis penais – lex tertia	87
9. Lei penal intermediária	89
10. Sucessão de leis em crimes permanentes e continuados	90
11. Lei penal excepcional e lei penal temporária	91
11.1. Características peculiares das leis de vigência temporária ou leis intermitentes	92
12. Lei penal em branco e retroatividade da lei penal.....	93
13. Tempo do crime	95
13.1. Tempo do crime nos crimes permanentes e crimes continuados	96

CAPÍTULO X – DO CONFLITO APARENTE DE NORMAS	99
1. Conceito.....	99
1.1. Requisitos para identificação de um conflito aparente de normas.....	99
2. Princípios orientadores do conflito aparente de normas	99
2.1. Princípio da especialidade	100
2.2. Princípio da subsidiariedade.....	101
2.3. Princípio da consunção ou da absorção	103
2.3.1. Hipóteses de aplicabilidade do princípio da consunção.....	104
2.3.1.1. Crime complexo	104
2.3.1.2. Crime progressivo.....	105
2.3.1.3. Progressão criminosa	106
2.3.1.4. Fato anterior não punível – “ante factum impunível”	107
2.3.1.5. Fato posterior não punível – “post factum impunível”	108
2.4. Princípio da alternatividade	109
CAPÍTULO XI – DA LEI PENAL NO ESPAÇO	111
1. Lei penal no espaço	111
1.1. Princípio da territorialidade	111
1.2. Território nacional.....	112
1.3. Território brasileiro por extensão.....	113
2. Lugar do crime	114
2.1. Teoria do lugar do crime adotada pelo código de processo penal	115
3. Extraterritorialidade.....	117
3.1. Extraterritorialidade incondicionada.....	117
3.2. Extraterritorialidade condicionada.....	118
4. Princípios que orientam a extraterritorialidade.....	119

4.1. Princípio da universalidade ou cosmopolita ou da justiça universal	119
4.2. Princípio da nacionalidade ou da personalidade	120
4.3. Princípio da defesa, real ou da proteção	120
4.4. Princípio da representação ou da bandeira ou do pavilhão.....	121
4.5. Extraterritorialidade incondicionada e proibição do “bis in idem”	121
CAPÍTULO XII – LEI PENAL EM RELAÇÃO ÀS PESSOAS.....	123
1. Lei penal em relação às pessoas	123
1.1. Introdução	123
2. Imunidades diplomáticas.....	123
3. Imunidades consulares.....	125
4. Imunidades parlamentares	125
4.1. Introdução.....	125
4.2. Imunidade material ou absoluta.....	126
4.2.1. Natureza Jurídica da Imunidade Material	127
4.3. Imunidade processual ou relativa.....	128
4.3.1. Imunidade Processual para Prisão	129
4.3.2. Imunidade Processual para o Processo.....	129
4.3.3. Foro Especial por Prerrogativa de Função	131
4.3.4. Abrangência das Imunidades Parlamentares	131
CAPÍTULO XIII – DISPOSIÇÕES FINAIS DA APLICAÇÃO DA LEI PENAL.....	133
1. Eficácia de sentença estrangeira	133
1.1. Não homologação e efeitos da sentença estrangeira no território brasileiro.....	134
2. Contagem de prazo.....	135
3. Frações não computáveis na pena.....	137
4. Legislação especial	138

CAPÍTULO XIV – TEORIA GERAL DO CRIME	139
1. Do crime	139
1.1. Conceito de crime	139
2. Teoria bipartida do crime	140
3. Teoria tripartida	142
4. Teoria quadripartida.....	144
5. Classificação da infração penal	144
CAPÍTULO XV – SUJEITOS DA CONDUTA E OBJETO DO CRIME	147
1. Sujeitos da conduta	147
1.1. Sujeito ativo	147
1.2. Pessoa jurídica como sujeito ativo do crime	148
2. Sujeito passivo do crime.....	149
3. Objeto do delito	150
3.1. Objeto jurídico do crime	150
3.2. Objeto material do crime.....	150
CAPÍTULO XVI – CLASSIFICAÇÃO DOS CRIMES	153
1. Crime comum, crime próprio e crime de mão-própria.....	153
2. Crimes instantâneos, permanentes e instantâneos de efeitos permanentes e a prazo	154
3. Crimes simples e crimes complexos	155
4. Crimes principais e crimes acessórios	155
5. Crimes de dano e crimes de perigo	155
6. Crimes unissubisistentes e crimes plurissubisistentes.....	156
7. Crimes de forma livre e crimes de forma vinculada	157
8. Crimes mono-ofensivos e crimes pluri-ofensivos.....	157
9. Crimes materiais, crimes formais e crimes de mera conduta.....	158

10. Crimes comissivos, crimes omissivos e crimes de conduta mista	159
11. Crimes unissubjetivos, crimes plurissubjetivos e crimes eventualmente coletivos	160
12. Crimes de subjetividade passiva única ou crimes de dupla subjetividade passiva.....	161
13. Crimes transeuntes e crimes não transeuntes	162
14. Crimes à distância, crimes plurilocais e crimes em trânsito	162
15. Crimes progressivos e de progressão criminosa.....	163
16. Crimes condicionados e crimes incondicionados	164
17. Crimes independentes e crimes conexos.....	164
18. Crimes de ação única e crimes de ação múltipla	165
19. Crime habitual	165
20. Crime profissional.....	166
21. Crime vago	166
22. Crime de ímpeto	166
23. Crime exaurido.....	166
24. Crime gratuito	167
25. Crime de circulação	167
26. Crime multitudinário.....	167
27. Crime de opinião	167
28. Crime internacional.....	168
29. Crime de atentado	168
30. Crime subsidiário.....	168
31. Crime de ação violenta	168
32. Crime de ação astuciosa.....	168
33. Crime funcional	169

34. Crime de obstáculo.....	169
35. Crime de tendência.....	169
36. Crimes militares.....	170
37. Crimes hediondos.....	170
38. Crimes de menor potencial ofensivo.....	170
39. Crime putativo.....	171
40. Crime remetido.....	171
41. Crimes falimentares.....	171
42. Crime mutilado de dois ou tipos imperfeitos de dois atos.....	172
CAPÍTULO XVII – FATO TÍPICO.....	173
1. Fato típico.....	173
1.1. Conceito.....	173
1.2. Fato material.....	173
1.3. Elementos do fato típico.....	173
2. Conduta.....	173
2.1. Teoria social da ação.....	173
2.2. Teoria causalista, clássica ou naturalista.....	175
2.3. Teoria neoclássica ou neokatiana.....	176
2.4. Teoria finalista ou finalística.....	177
2.5. Teoria funcionalista.....	178
3. Conduta – conceito e elementos.....	180
3.1. Ausência de conduta.....	181
3.2. Caso fortuito ou força maior.....	183
3.3. Formas de condutas.....	184
3.4. Formas de condutas omissivas.....	185
4. Omissão relevante.....	187

4.1. Posição de garantidor	188
5. Resultado do crime	190
5.1. Conceito.....	190
5.2. Espécies de resultado.....	190
5.3. Classificação dos crimes quanto ao resultado.....	191
5.3.1. Crime Material	191
5.3.2. Crime Formal.....	192
5.3.3. Crime de Mera Conduta	192
6. Relação de causalidade	193
6.1. Teorias que fundamentam o nexu causal	194
7. Relevância causal na omissão	196
8. Causas e suas espécies	198
8.1. Causas absolutamente independentes.....	198
8.2. Causas relativamente independentes.....	200
9. Teoria da imputação objetiva	203
10. Tipicidade	209
10.1. Adequação típica	209
10.2. Adequação típica de subordinação imediata ou direta	209
10.3. Adequação típica de subordinação mediata ou indireta	210
11. Evolução histórica do tipo penal	211
12. Causas de exclusão da tipicidade	214
12.1. Princípio da insignificância	214
12.2. Princípio da adequação social	214
13. Tipicidade conglobante	214
CAPÍTULO XVIII – TEORIA DO TIPO PENAL.....	219
1. Conceito.....	219

1.1. Funções do tipo penal.....	220
1.2. Elementos do tipo	221
1.2.1. Elementos Objetivos	221
1.2.2. Elementos Normativos.....	221
1.2.3. Elementos Subjetivos.....	222
2. Classificação dos tipos penais	223
CAPÍTULO XIX – CRIME DOLOSO.....	227
1. Do dolo	227
1.1. Conceito.....	227
1.2. Elementos do dolo.....	227
3. Teorias do dolo	228
4. Teoria adotada pelo código penal.....	229
5. Espécies de dolo.....	230
6. Dolo e pena	236
CAPÍTULO XX – CRIME CULPOSO	237
1. Da culpa	237
1.1. Conceito.....	237
2. Elementos do fato típico culposo.....	238
2.1. Conduta	239
2.2. Inobservância do dever de cuidado objetivo	240
2.2.1. Modalidades de Culpas	241
2.2.1.1. Imprudência	241
2.2.1.2. Negligência	242
2.2.1.3. Imperícia	243
2.3. Previsibilidade objetiva.....	243
2.3.1. Princípio do Risco Tolerado	246

2.3.2. Princípio da Confiança	246
2.4. Ausência de previsão	248
2.5. Resultado involuntário	249
2.6. Nexo causal	249
2.7. Tipicidade	250
3. Tipo penal aberto	250
4. Espécies de culpas	251
4.1. Culpa inconsciente e culpa consciente	251
4.2. Culpa própria e culpa imprópria	252
4.3. Culpa presumida	253
4.4. Culpa mediata ou indireta	254
5. Graus de culpa	254
6. Compensação de culpas	255
7. Concorrência de culpas	255
8. Caráter excepcional do crime culposo	256
CAPÍTULO XXI – CRIMES QUALIFICADOS PELO RESULTADO	257
1. Conceito	257
2. Espécies de crimes qualificados pelo resultado	257
3. Nexo causal e o resultado agravador no preterdolo	259
CAPÍTULO XXII – ERRO DE TIPO	261
1. Distinção de erro e ignorância	261
2. Erro de tipo	261
3. Formas de erro de tipo	264
4. Erro de tipo essencial	264
4.1. Formas de erro de tipo essencial	264
4.2. Efeitos do erro de tipo essencial	265

5. Erro de tipo acidental	266
5.1. Erro de tipo acidental sobre o objeto	267
5.2. Erro de tipo acidental sobre a pessoa	268
5.3. Erro de tipo acidental na execução – “aberratio ictus”	269
5.4. Resultado diverso do pretendido – “aberratio criminis”	271
5.5. Erro sobre o nexo causal - “aberratio causae”	272
CAPÍTULO XXIII – ERRO DE PROIBIÇÃO	275
1. Desconhecimento da lei	275
2. Conceito de erro de proibição	276
2.1. Erro de proibição escusável e inescusável	277
2.2. Espécies de erro de proibição	278
3. Discriminantes putativas	280
4. Espécies de discriminantes putativas	282
5. Erro provocado por terceiro	284
6. Discriminantes putativas incidentes nas causas de exclusão da culpabilidade	285
CAPÍTULO XXIV – ITER CRIMINIS	287
1. Conceito.....	287
2. Fase interna.....	287
2.1. Cogitação.....	287
3. Fase externa.....	288
3.1. Preparação.....	288
3.2. Execução.....	289
3.2.1. Critérios para análise entre Atos Preparatórios e Atos Executórios ..	290
3.3. Consumação	293
4. Exaurimento	295

CAPÍTULO XXV – TENTATIVA.....	297
1. Conceito.....	297
2. Natureza jurídica	297
3. Elementos da tentativa.....	298
4. Espécies de tentativas	298
5. Teorias acerca da punibilidade da tentativa	299
6. Critério para a redução da pena na tentativa	301
7. Infrações penais que inadmitem tentativa.....	302
8. Tentativa e dolo eventual	304
CAPÍTULO XXVI – DESISTÊNCIA VOLUNTÁRIA E ARREPENDIMENTO EFICAZ	305
1. Conceito e fundamento	305
2. Natureza jurídica dos institutos.....	306
3. Desistência voluntária	306
4. Arrependimento eficaz.....	307
5. Requisitos dos dois institutos penais.....	308
6. Efeitos da aplicação dos institutos penais.....	308
7. Comunicabilidade dos atos nos casos de desistência voluntária e arrependimento eficaz.....	309
8. Desistência voluntária, arrependimento eficaz e lei de terrorismo.....	310
CAPÍTULO XXVII – ARREPENDIMENTO POSTERIOR	311
1. Conceito e fundamento	311
2. Natureza jurídica do instituto	312
3. Requisitos do arrependimento posterior	312
4. Critérios para diminuição da pena.....	313
5. Da aplicação do instituto	313
6. Comunicabilidade no caso de concuso de pessoas	314

7. Recusa da vítima em aceitar a reparação do dano ou a restituição da coisa.....	314
8. Questões específicas quanto à reparação do dano	315
9. Da súmula 554 do stf e sua aplicabilidade	315
CAPÍTULO XXVIII – CRIME IMPOSSÍVEL	317
1. Conceito.....	317
2. Natureza jurídica	317
3. Teorias acerca da punibilidade do crime impossível	317
4. Hipóteses de crime impossível.....	318
4.1. 1ª hipótese: ineficácia absoluta do meio	318
4.2. 2ª hipótese: impropriedade absoluta do objeto.....	319
5. Momento de aferição da idoneidade	320
6. Flagrante provocado ou preparado	320
7. Crime putativo por erro de tipo	322
CAPÍTULO XXIX – ILICITUDE.....	323
1. Conceito.....	323
2. Ilicitude formal e material	323
3. Elementos objetivos e subjetivos na antijuridicidade	325
4. Causas de exclusão da ilicitude	328
4.1. Espécies de causas de excludentes de ilicitude.....	328
5. Causa supralegal de exclusão de ilicitude	330
5.1 Consentimento do ofendido	330
5.1.1. Consentimento do Ofendido como Causa Supralegal de Exclusão da Ilicitude	331
5.1.2. Consentimento do Ofendido como Causa Supralegal de Exclusão da Tipicidade.....	332
5.1.3. Consentimento Presumido	334

6. Causa legal de exclusão de ilicitude.....	335
6.1. Estado de necessidade	335
6.1.1. Conceito.....	335
6.1.2 Teorias do Estado de Necessidade	336
6.1.3. Requisitos do Estado de Necessidade	337
6.1.4. Causa de Diminuição de Pena	347
6.1.5. Espécies de Estado de Necessidade.....	348
6.1.6. Estado de Necessidade e Dificuldades Econômicas do Agente Necessitado	349
7. Legítima defesa	350
7.1 Requisitos legais da legítima defesa	351
7.2. Legítima defesa envolvendo refém.....	362
7.3. Conhecimento da situação de necessidade de defesa.....	363
7.4. Espécies de legítima defesa	364
7.5. Excesso na legítima defesa	366
8. Estrito cumprimento do dever legal	367
8.1. Conceito – fundamentos – natureza jurídica.....	367
8.2. Requisitos.....	368
8.3. Conhecimento da situação justificante	369
9. Exercício regular do direito	369
9.1. Conceito e natureza jurídica	369
9.2. Regularidade do exercício.....	370
9.3. Conhecimento da situação justificante	370
9.4. Violência na atividade desportiva	371
9.5. Intervenções médicas ou cirúrgicas	371
9.6. Ofendículos	373

10. Excesso nas causas excludentes de ilicitudes.....	374
10.1. Conceito	374
11. Espécies de excesso	375
11.1. Doloso, culposo e exculpante.....	375
11.2. Excesso intensivo e excesso extensivo	376
CAPÍTULO XXX – CULPABILIDADE	379
1. Conceito e fundamento	379
2. Culpabilidade do autor e culpabilidade do fato	381
3. Teorias da culpabilidade	383
4. Coculpabilidade	386
5. Grau de culpabilidade	388
6. Elementos da culpabilidade	388
7. Imputabilidade.....	388
7.1. Conceitos e aspectos da imputabilidade	388
8. Causas que excluem a imputabilidade	389
8.1. Doença mental	390
8.2. Desenvolvimento mental incompleto	390
8.3. Desenvolvimento mental retardado	391
9. Embriaguez	392
10. Espécies de embriaguez	393
11. Embriaguez patológica	394
12. Embriaguez preordenada	394
13. Sistemas para identificação da imputabilidade.....	395
13.1. Sistema biológico	395
13.2. Sistema psicológico	396
13.3. Sistema biopsicológico.....	396

14. Aferição da imputabilidade por perícia médica	397
15. Embriaguez accidental	397
15.1. Consequências jurídicas	398
16. Da aplicação da teoria da “actio libera in causa”	399
17. Emoção e paixão	403
18. Semi-imputabilidade	405
18.1. Conceito e fundamento	405
19. Potencial consciência da ilicitude	406
19.1. Conceito e fundamento	406
20. Exigibilidade de conduta diversa.....	407
20.1. Conceito e fundamento	407
21. Causas legais que excluem a exigibilidade de conduta diversa.....	409
21.1. Coação moral irresistível	409
21.2. Obediência hierárquica	412
21.2.1. Requisitos da obediência hierárquica	413
21.2.2. Consequências jurídicas da ordem hierárquica	415
22. Inexigibilidade de conduta diversa como causa supralegal de exclusão da culpabilidade	415
CAPÍTULO XXXI – CONCURSO DE PESSOAS.....	419
1. Conceito	419
2. Requisitos para configuração do concurso de pessoas.....	420
2.1. Pluralidade de agentes.....	420
2.2. Relevância causal das condutas	420
2.3. Vínculo subjetivo entre os agentes	421
2.4. Identidade de infrações para todos os agentes.....	423

3. Teorias acerca do concurso de pessoas	424
4. Teoria adotada pelo código penal quanto ao concurso de pessoas	426
5. Exceção à teoria monista	426
6. Punibilidade no concurso de pessoas	427
7. Autoria	428
7.1. Teorias da autoria	428
8. Teoria adotada pelo código penal	433
9. Coautoria	434
9.1. Coautoria sucessiva	436
9.2. Coautoria em crimes omissivos	438
9.3. Coautoria em crimes culposos	439
9.4. Coautoria – crimes próprios e crimes de mão própria	440
10. Autoria mediata	442
10.1. Autoria mediata em crimes próprios e crimes de mão própria	444
10.2. Autoria colateral - autoria incerta - autoria desconhecida	445
10.3. Autoria intelectual	446
11. Participação	447
11.1. Conceito	447
12. Espécies de participação	448
13. Participação em crimes culposos	450
14. Conivência ou participação negativa	451
15. Teorias acerca da participação	451
16. Tentativa de participação	455
17. Participação sucessiva	456
18. Participação da participação	456

19. Participação em crime omissivo	456
20. Participação por omissão	457
21. Participação de menor importância	458
22. Participação em crime menos grave	459
23. Previsibilidade de resultado mais grave	461
CAPÍTULO XXXII – COMUNICABILIDADE E INCOMUNICABILIDADE DE CIRCUNSTÂNCIAS, CONDIÇÕES E ELEMENTARES	463
1. Comunicabilidade e incomunicabilidades entre os agentes	463
1.1. Circunstâncias subjetivas ou de caráter pessoal, circunstâncias objetivas e condições de caráter pessoal	463
1.2. Elementares do crime	464
CAPÍTULO XXXIII – TEORIA GERAL DA PENA	467
1. Das penas.....	467
1.1. Conceito.....	467
2. Teorias e finalidades das penas	467
3. Teoria adotada pelo código penal	469
4. Sistemas penitenciários	470
4.1. Sistema pensilvânico.....	470
4.2. Sistema auburniano.....	471
4.3. Sistema progressivo	472
5. Princípios orientadores das penas	473
6. Espécies de penas	475
7. Teorias relacionadas ao crime e a punição.....	476
7.1. Garantismo penal.....	476
7.2. Direito penal mínimo.....	478
7.3. Direito penal máximo.....	480

7.4. Direito penal do inimigo.....	482
7.5. Abolicionismo penal.....	485
CAPÍTULO XXXIV – DAS PENAS PRIVATIVAS DE LIBERDADE	489
1. Conceito.....	489
1.1. Espécies de penas privativas de liberdade.....	489
2. Regimes penitenciários	489
3. Fixação do regime inicial de cumprimento de pena	489
4. Regime inicial de cumprimento de pena e lei dos crimes hediondos	491
5. Cumprimento de pena e a falta de vaga no estabelecimento prisional	492
6. Da progressão de regime	494
6.1. Requisitos para obtenção da progressão de regime.....	494
7. Progressão de regime nos crimes dispostos na lei 8.072/90	498
8. Progressão de regime em crimes contra a administração pública.....	499
9. Progressão de regime por salto	500
10. Regressão de regime	501
11. Regras do regime fechado	503
12. Regime disciplinar diferenciado (RDD)	504
13. Regras do regime semi-aberto.....	508
14. Regras do regime aberto	508
15. Do regime especial	509
16. Direito dos presos	509
17. Trabalho do preso	510
18. Superveniência de doença mental	510
19. Detração penal	511
19.1. Desconto da prisão provisória na medida de segurança	512
19.2. Nexó entre a prisão provisória e a pena privativa de liberdade aplicada....	513

19.3. Detração penal e regime inicial de cumprimento de pena	514
19.4. Detração penal e suspensão condicional da pena (sursis).....	515
19.5. Detração penal e penas restritivas de direitos	516
CAPÍTULO XXXV – PENAS RESTRITIVAS DE DIREITOS	517
1. Introdução e conceito	517
2. Natureza jurídica	518
3. Espécies de penas restritivas de direito.....	519
3.1. Prestação pecuniaria.....	520
3.2. Perda de bens e valores.....	521
3.2.1. Perda de Bens e Valores e Confisco como Efeito da Condenação	523
3.3. Prestação de serviços à comunidade ou a entidades públicas	524
3.4. Interdição temporária de direitos	525
3.5. Limitação de fim semana	527
4. Requisitos para concessão da substituição da pena	528
5. Duração do cumprimento da pena restritiva de direitos	531
6. Crimes hediondos, equiparados e penas restritivas de direitos	533
7. Reconversão das penas restritivas de direitos	534
8. Dedução do tempo de pena restritiva de direito cumprida	535
CAPÍTULO XXXVI – DA PENA DE MULTA	537
1. Conceito	537
2. Critério adotado pelo código penal	538
3. Da aplicação da pena de multa.....	538
4. Multa de valor irrisório.....	539
5. Da correção monetária da pena de multa.....	540
6. Multa como dívida de valor e sua execução	540
7. Do pagamento da pena de multa.....	542

8. Habeas corpus e pena de multa.....	543
9. Suspensão da execução da multa	543
10 .Multa substitutiva ou vicariante	543
11. Pena de multa e lei antidrogas	544
12. Pena de multa e crime de violência doméstica e familiar contra a mulher	545
CAPÍTULO XXXVII – DA APLICAÇÃO DA PENA	547
1. Introdução.....	547
2. Elementares e circunstâncias	548
3. Classificação das circunstâncias	548
4. Espécies de circunstâncias legais	548
5. Sistema trifásico de aplicação de pena	549
6. Primeira fase: fixação da pena-base	550
6.1. Circunstâncias judiciais	552
7. Segunda fase: aplicação das circunstâncias agravantes e atenuantes	558
7.1. Das circunstâncias agravantes.....	560
7.1.1. Da reincidência	560
7.1.2. Conceito e Fundamento	560
7.1.3. Requisitos para configuração da Reincidência.....	561
7.1.4. Configuração da Reincidência entre Crime e Contravenção Penal	563
7.1.5. Quadro da Reincidência	563
7.1.6. Reincidência e Pena de Multa anteriormente aplicada	564
7.1.7. Primariedade e Reincidência.....	564
7.1.8. Reincidência e Maus Antecedentes.....	565
8. Espécies de reincidência.....	566
9. Prova da reincidência.....	568

10. Extinção da punibilidade do crime anterior e a reincidência.....	568
11. Reincidência e crimes militares próprios, impróprios e crimes políticos.....	569
12. Caducidade da condenação por crime anterior.....	570
13. Natureza jurídica da reincidência.....	571
14. Efeitos da reincidência.....	572
15. Das demais circunstâncias agravantes - art. 61, II do CP	573
16. Agravantes no caso de concurso de pessoas	582
17. Das circunstâncias atenuantes genéricas	584
18. Atenuantes inominadas – art. 66 do CP	590
19. Concurso de circunstâncias agravantes e atenuantes genéricas.....	591
20. Terceira fase: aplicação das causas de aumento e de diminuição de pena	592
21. Concurso de causas de aumento e diminuição de pena	593
CAPÍTULO XXXVIII – CONCURSO DE CRIMES	597
1. Conceito.....	597
1.1. Sistemas de aplicação das penas e concurso de crimes.....	597
2. Espécies de concurso de crimes	598
3. Concurso material ou real	598
3.1. Conceito e fundamento legal.....	598
3.2. Espécies de concurso material de crimes	598
3.3. Da aplicação da pena	598
3.4. Cumprimento de pena privativa de liberdade com pena restritiva de direitos.....	598
3.5. Cumprimento de pena restritiva de direitos com pena restritiva de direitos.....	599
4. Concurso formal ou ideal	599
4.1. Conceito e fundamento legal.....	599

4.2. Espécies de concurso formal de crimes.....	600
4.3. Classificação do concurso formal.....	600
4.3.1. Concurso Formal Próprio ou Perfeito	600
4.3.2. Concurso Formal Impróprio ou Imperfeito	600
4.4. Teorias do concurso formal.....	601
4.5. Da aplicação da pena	601
4.6. Concurso material benéfico ou favorável	602
5. Crime continuado	603
5.1. Conceito e fundamento legal.....	603
5.2. Fundamento histórico.....	603
5.3. Natureza jurídica do crime continuado.....	604
5.4. Requisitos para a configuração do crime continuado	604
5.5. Outras condições semelhantes.....	607
5.6. Crime continuado e unidade de desígnios.....	607
5.7. Da aplicação da pena e as espécies de crimes continuados	609
5.8. Concurso material benéfico ou favorável	610
5.9. Crime continuado e habitualidade criminosa	610
5.10. Crime continuado e suspensão condicional do processo.....	612
5.11. Crime continuado e aplicação da lei penal no tempo	613
5.12. Crime continuado e prescrição	613
5.13. Multa no concurso de crimes	614
CAPÍTULO XXXIX – LIMITE E UNIFICAÇÃO DAS PENAS.....	617
1. Fundamentos	617
2. Unificação das penas	618
3. Nova condenação e unificação das penas.....	619
4. Fuga do condenado e unificação da pena.....	619

5. Limite da pena de multa.....	620
6. No caso de concurso de infrações	620
CAPÍTULO XL – SUSPENSÃO CONDICIONAL DA PENA (SURSIS).....	621
1. Origem histórica	621
2. Conceito	622
3. Natureza jurídica.....	622
4. Sistemas	622
5. Requisitos do SURSIS	623
5.1. Requisitos objetivos.....	623
5.2. Requisitos subjetivos.....	624
6. Espécies de sursis	625
7. Condições para concessão do SURSIS	626
8. Sursis incondicionado	626
9. Período de prova.....	627
10. Da fiscalização das condições impostas.....	628
11. Revogação do sursis	628
11.1. Revogação obrigatória.....	629
11.2. Revogação facultativa	630
12. Prévia oitiva do condenado em caso de revogação do SURSIS.....	631
13. Prorrogação do período de prova	632
14. Extinção da pena pelo cumprimento do SURSIS.....	632
15. Encerramento do período de prova e possibilidade de prorrogação e revogação do benefício.....	632
16. Motivos de cassação do SURSIS	633
17. Possibilidade de sursis simultâneo.....	634
18. Possibilidade de renúncia do SURSIS	634
19. SURSIS e habeas corpus.....	635

CAPÍTULO XLI – DO LIVRAMENTO CONDICIONAL	637
1. Origem histórica	637
2. Conceito	637
3. Natureza jurídica.....	637
4. Requisitos para concessão.....	638
4.1. Requisitos objetivos.....	638
4.2. Requisitos subjetivos	640
5. Condições para o livramento condicional.....	642
5.1. Condições obrigatórias para o livramento condicional.....	642
5.2. Condições facultativas para o livramento condicional	642
5.3. Condições judiciais para o livramento condicional.....	643
5.4. Condições indiretas do livramento condicional	643
6. Da revogação do livramento.....	643
6.1. Da revogação obrigatória	644
6.2. Da revogação facultativa.....	645
7. Efeitos da revogação	645
8. Suspensão do livramento condicional	647
9. Da extinção da pena.....	647
10. Prorrogação do período de prova	648
11. Habeas corpus e livramento condicional.....	649
12. Livramento condicional humanitário.....	649
13. Livramento condicional para estrangeiro	649
14. Soma das penas para obtenção do livramento condicional	650
15. Do egresso	650

CAPÍTULO XLII – DOS EFEITOS DA CONDENAÇÃO	651
1. Introdução	651
2. Espécies de efeitos da condenação	651
2.1. Efeitos principais da condenação	651
2.2. Efeitos secundários da condenação	651
2.2.1. Os Efeitos Secundários de Natureza Penal	652
2.2.2. Os Efeitos Secundários de Natureza Extrapenal	652
3. Efeitos secundários extrapenais genéricos	653
4. Efeitos advindos do enriquecimento ilícito	656
5. Efeitos secundários extrapenais específicos	658
CAPÍTULO XLIII – REABILITAÇÃO	663
1. Introdução	663
2. Natureza jurídica	664
3. Pressupostos para a reabilitação	665
4. Requisitos para reabilitação	665
5. Efeitos da reabilitação	666
6. Reabilitação e reincidência	668
7. Revogação da reabilitação	668
8. Do procedimento para reabilitação	669
CAPÍTULO XLIV – MEDIDA DE SEGURANÇA	671
1. Conceito e natureza jurídica	671
2. Diferença entre pena e medida de segurança	671
3. Pressupostos para a aplicação da medida de segurança	672
4. Espécies de medidas de segurança	673
5. Sistemas aplicados à medida de segurança	674
6. Prazo de duração da medida de segurança	676
6.1. Prazo mínimo de duração da medida de segurança	677

7. Conversão da pena em medida de segurança.....	677
8. Conversão do tratamento ambulatorial em internação.....	679
9. Desinternação e liberação da medida de segurança.....	679
10. Exame de cessação de periculosidade do paciente	680
11. Desinternação progressiva da medida de segurança.....	681
12. Medida de segurança e detração penal.....	682
13. Medida de segurança e prescrição penal	682
CAPÍTULO XLV – DA PERSECUÇÃO PENAL – DA AÇÃO PENAL	685
1. Conceito.....	685
2. Características da ação penal	686
3. Espécies de ação penal.....	686
4. Ação penal pública incondicionada	687
4.1. Princípios orientadores da ação penal pública incondicionada	687
5. Ação penal pública condicionada	690
5.1. Ação penal pública condicionada à representação	690
5.1.1. Prazo para o oferecimento da Representação.....	691
5.1.2. Informalidade da Representação	691
5.1.3. Irretratibilidade da Representação	691
5.1.4. Titularidade do Direito de Representação.....	692
5.2. Ação penal pública condicionada à requisição do ministro da justiça	693
5.2.1. Quanto ao Prazo para a Requisição	693
5.2.2. Irretratibilidade da Requisição	693
5.2.3. Hipóteses legais de Requisição.....	693
5.2.4. Não Vinculação da Representação e da Requisição.....	694
6. Ação penal privada	694
6.1. Titularidade para ação penal privada.....	695

6.1.1. Prazo para proposição da Ação Penal Privada.....	696
6.1.2. Princípios Orientadores da Ação Penal Privada.....	697
7. Especies de ação penal privada	698
7.1. Ação penal exclusivamente privada ou ação penal propriamente dita	698
7.2. Ação penal privada personalíssima	699
7.3. Ação penal privada subsidiária da pública	699
8. Condições da ação penal.....	700
8.1. Condições genéricas da ação penal.....	700
8.2. Condições específicas ou condições de procedibilidade	702
9. Ação penal nos crimes complexos	703
10. Renúncia ao direito de queixa	704
11. Perdão do ofendido	704
CAPÍTULO XLVI – EXTINÇÃO DA PUNIBILIDADE	707
1. Punibilidade.....	707
2. Condições objetivas de punibilidade	707
3. Escusas absolutórias.....	708
4. Condições específicas de procedibilidade	709
5. Causas de extinção da punibilidade.....	709
6. Momentos da ocorrência	710
7. Efeitos da extinção da punibilidade.....	710
8. Classificação das causas	710
9. Espécies de causas de extinção da punibilidade.....	712
9.1. Morte do agente	712
9.2. Da anistia, graça e indulto	714
9.2.1. Da Anistia	714
9.2.1.1. Competência para a concessão da Anistia.....	715

9.2.1.2. Espécies de Anistia	716
9.2.1.3. Efeitos da Anistia	716
9.3. Graça ou indulto individual	717
9.3.1. Efeitos da Graça	717
9.3.2. Espécies de Graça.....	718
9.4. Indulto propriamente dito ou indulto coletivo.....	718
9.4.1. Espécies de Indulto Coletivo.....	719
9.4.2. Efeitos do Indulto Coletivo.....	720
9.5. Lei posterior que deixa de considerar o fato como criminoso “abolitio criminis”	720
9.5.1. Efeitos da aplicação da “Abolitio Criminis”	720
9.5.2. Juízo competente para aplicação da “Abolitio Criminis”	721
9.6. Da prescrição	721
9.7. Da decadência	721
9.7.1. Decadência em caso de Crime Continuado e Crime Habitual	722
9.7.2. Prazo Decadencial e vítima menor de 18 anos de idade.....	722
9.8. Perempção.....	723
9.8.1. Hipóteses ensejadoras da Perempção.....	723
9.9. Renúncia ao direito de queixa	725
9.9.1. Formas de Renúncia.....	726
9.9.2. Alcance da Renúncia	726
9.10. Perdão aceito	727
9.10.1. Formas de Perdão	727
9.10.2. Alcance do Perdão	728
9.10.3. Aceitação do Perdão.....	728
9.10.4. Formas de Aceitação do Perdão	729

9.10.5. Efeitos da Aceitação do Perdão.....	729
9.10.6. Alcance da Aceitação do Perdão	730
9.11. Retratação do agente	730
9.11.1. Oportunidade para a Retratação do agente	730
9.11.2. Comunicabilidade da Retratação entre os Agentes.....	731
9.12. Perdão judicial	731
9.12.1. Natureza Jurídica do Perdão Judicial	732
9.12.2. Hipóteses previstas em lei.....	732
9.12.3. Natureza Jurídica da Sentença concessiva do Perdão Judicial.....	733
9.12.4. Extensão do Perdão Judicial	735
10. Independência das causas de extinção da punibilidade em relação a outros crimes.....	737
CAPÍTULO XLVII – DA PRESCRIÇÃO	739
1. Introdução.....	739
2. Origem histórica da prescrição	739
3. Conceito e características.....	740
4. Natureza jurídica.....	741
5. Fundamentos da prescrição.....	741
6. Imprescritibilidade.....	743
7. Distinção entre a decadência e a prescrição	744
8. Espécies de prescrição	745
9. Prescrição da pretensão punitiva (PPP)	745
9.1. Efeitos da prescrição da pretensão punitiva (PPP)	746
9.2. Subdivisão da prescrição da pretensão punitiva (PPP)	746
10. Prescrição da pretensão punitiva propriamente dita ou prescrição da ação penal	747

10.1. Cálculo da prescrição da pretensão punitiva propriamente dita.....	747
10.2. Tabela do prazo prescricional	747
10.3. Exceções no caso das circunstâncias atenuantes e agravantes	748
10.4. Termo inicial de contagem da prescrição da pretensão punitiva ou propriamente dita	750
10.5. Causas interruptivas da prescrição da pretensão punitiva	752
10.6. Relação de comunicabilidade das causas interruptivas da prescrição da pretensão punitiva	755
10.7. Causas impeditivas e suspensivas da prescrição da pretensão punitiva	757
10.8. Outras causas impeditivas e suspensivas da prescrição da pretensão punitiva	759
11. Prescrição da pretensão punitiva intercorrente ou superveniente	761
11.1. Termo inicial da prescrição intercorrente ou superveniente	762
11.2. Momento para o reconhecimento da prescrição intercorrente ou superveniente	762
11.3. Prescrição em caso de medida de segurança.....	762
12. Prescrição da pretensão punitiva retroativa.....	763
12.1. Termo inicial e cálculo da prescrição retroativa.....	764
12.2. Momento para o reconhecimento da prescrição retroativa.....	765
13. Prescrição da pretensão punitiva virtual, antecipada ou por perspectiva.....	765
14. Prescrição da pretensão executória (PPE)	768
14.1. Efeitos da prescrição da pretensão executória (PPE).....	769
14.2. Termo inicial de contagem da prescrição da pretensão executória	769
14.3. Causas interruptivas da prescrição da pretensão executória	771
14.4. Relação de comunicabilidade das causas interruptivas da prescrição da pretensão executória.....	773

14.5. Causas impeditivas e suspensivas da prescrição da pretensão executória	773
15. Causas de redução e aumento do prazo prescricional	774
16. Prescrição da pena de multa	774
17. Prescrição das penas restritivas de direitos	775
18. Prescrição e concurso de crimes	775
19. Prescrição das penas mais leves	776
20. Prescrição e detração penal	777
21. Prescrição na legislação especial	778
21.1. Prescrição e lei de drogas – lei 11.343/2006	779
21.2. Prescrição e código penal militar – decreto-lei 1.001/1969	779
21.3. Prescrição e estatuto da criança e do adolescente – lei 8.069/1990	779
21.4. Prescrição e crimes falimentares – lei 11.101/2005	780
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	781